



## O CONTINUÍSMO ADMINISTRATIVO NO GOVERNO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE: 1897-1937

Margaret Marchiori Bakos\*

### Introdução

Ao longo de quarenta anos, o governo municipal de Porto Alegre permaneceu nas mãos de apenas três chefes municipais, indicados e com a elegibilidade garantida pelo Partido Republicano Rio-grandense.

O fato configura um caso de continuísmo político único no país e também uma exceção a nível regional.

Este trabalho investiga as razões desse continuísmo, buscando resgatar o significado e importância que representou para o PRR, como estratégia de hegemonia partidária, a defesa e manutenção desse continuísmo político no governo da capital do Estado.

Ao pesquisar este estudo de caso, partiu-se da idéia de Pierre Vilar de que a análise histórica de uma cidade ou pequena região deve ser feita a partir da realidade maior na qual se insere.

### I. Da intendência à prefeitura

Com a proclamação da República, o Marechal Visconde de Pelotas assume em caráter interino o governo do Rio Grande do Sul. A escolha do Marechal, ferrenho monarquista, e o significativo número de republicanos históricos que ele convidou para o seu secretariado revelam uma tentativa de união entre os gaúchos para construir, "em lugar do velho edifício que a monarquia derrubara",<sup>1</sup>

nova ordem. Todavia, o Governo do Visconde dura apenas três meses, seguindo-se a ele um período de perturbadora instabilidade política, inigualando no restante do país.<sup>2</sup>

Contribui para tal instabilidade a polarização dos gaúchos em torno de dois partidos políticos bem organizados, onde se instala uma luta pelo poder. A filiação a um deles servia como o marco referencial mais importante para posicionar um homem no Estado. Nesse aspecto também o Rio Grande do Sul difere de outras regiões brasileiras, onde os laços familiares eram, nesse sentido, fundamentais.

No Rio Grande do Sul há os adeptos da União Nacional, que tem em Silveira Martins o seu grande líder e que estabelecerão, no futuro, as bases do Partido Fedalista e o Libertador, e os republicanos, mormente castilhistas.

O grande número dos membros que constituem a União Nacional são oriundos dos antigos partidos monárquicos, acolhendo também dissidentes do PRR. Esses, na sua maioria, afastam-se do partido ou por discordância de Júlio de Castilhos ou da crescente identificação que se instaura entre a doutrina positivista e o programa partidário republicano. Suas tendências manifestam-se desde os primórdios da organização do PRR na década de oitenta, porém consolidam-se e transparecem com clareza na Constituição de 1891. A indicação de Castilhos para Presidente do Estado nesse mesmo ano e posteriormente em 1893 contribui para aumentar o descontentamento dos seus desafetos.

A revolução federalista de 1893, fazendo mais de dez mil vítimas nos 31 meses que perdurou, além de tornar-se tristemente famosa pelas violentas cenas de degola dos combatentes aprisionados por ambos os lados, foi o resultado cruento deste longo processo de idiossincrasias entre as duas principais agremiações partidárias.<sup>3</sup>

A revolução faz-se sentir em todo o Rio Grande do Sul, afetando os governos municipais. Leia-se a respeito Love:

Os governos municipais também foram derrubados, em muitos casos caindo nas mãos dos antigos liberais, que começaram a perseguir seus predecessores republicanos.<sup>4</sup>

A situação de violenta disputa pelo poder reverte-se em 1896, quando à paz segue-se, no Rio Grande do Sul, a consolidação do

PRR, simbolizada pela volta de Castilhos ao governo do Estado. A agremiação tem um projeto de governo definido, tendo como base o ideário de Augusto Comte, porém com versão própria: o castilhismo. Entre as suas características mais importantes destacam-se a presença dominadora do Poder Executivo e o seu comprometimento com o desenvolvimento capitalista. O positivismo, que na Europa tinha um conteúdo nitidamente reacionário, no Brasil, sob a versão castilhista, apresenta projeto em certo sentido progressista.<sup>5</sup>

A ideologia, tipicamente burguesa, continha em si os ingredientes necessários para seduzir desde uma fração de pecuaristas gaúchos, descontentes com a política econômica nacional, até os novos grupos emergentes (comerciantes, industriais e financistas), detentores de capital, setores médios urbanos e com o colonato.<sup>6</sup>

A permanência no governo de Porto Alegre, ao longo de quarenta anos, de chefes municipais apontados pela cúpula do PRR para ocupar o posto, pode ser atribuível, se se tomar o fundamento de Gramsci, ao equilíbrio e arbitragem entre os interesses de seu grupo e de outros, a que eles se propõem atingir.<sup>7</sup>

Veja-se o fortalecimento do grupo representado, com o consentimento e ajuda dos outros aliados e, muitas vezes, de seus opositores. Este é o caso da formação da Frente Única Gaúcha, em 1929, com a indicação do republicano Getúlio Vargas ao Catete, sob os aplausos da oposição libertadora.

Após 1893, já então no poder, o Partido Republicano busca manter a sua hegemonia, recrutando na Sociedade Civil correligionários coniventes com o ideário castilhista para ocupar postos-chaves no aparelho de Estado.

Os Intendentes Municipais são elementos de proa na consecução do projeto. A Constituição Estadual de 1891 fornece os meios necessários para o governo do Estado controlar os municípios apesar de, em leitura menos avisada, parecer assegurar a autonomia municipal.<sup>8</sup>

Na realidade, à guisa de reciprocidade entre Governo do Estado e Município, o que de fato ocorre é uma liberdade vigiada do Intendente pelo Governador. A esse cabe anular todas as resoluções e atos do primeiro, uma vez infringidas leis federais e estaduais. Visto as leis estaduais, à exceção das orçamentárias, serem feitas por Decreto do Governador, o Estado adquire plenos poderes nos municípios.

A relação torna-se, aparentemente, menos autoritária se o Intendente mantiver concordância com os objetivos e meios administrativos castilhistas. Daí que a escolha dos homens para desempenhar tais papéis deve ser feita mediante criteriosa seleção entre os republicanos, privilegiando aqueles que melhor demonstrarem a sua lealdade ao Partido.

Isso significa basicamente a aceitação de um Executivo forte, que imponha no Estado um governo moralizante em detrimento de interesses pessoais e que, como afirma Rodriguez, "zele pela educação cívica dos cidadãos, origem de toda a moral social.<sup>9</sup> O bom republicano deve ainda observar na sua conduta pessoal e de homem público os princípios de "conservar melhorando", "defender o bem público", "viver às claras" e "viver para outrem".

Essas proposições visam, consoante a ótica positivista, a incutir no cidadão a noção de que o interesse da comunidade deve ser a meta prioritária de um governante. Igualmente condenam o voto secreto, pois entendem que toda a ação individual deve ser pública e honestamente proclamada.<sup>10</sup>

Ao Estado cabe prever para prover, subentendendo-se aí a idéia de um Estado que deve, de um lado, promover a integração do proletariado à sociedade de modo a não permitir que se converta em elemento perturbador da ordem, e, de outro, submeter o trabalho ao capital, facilitando a acumulação.

Um dos pontos fundamentais da política econômica castilhista é o continuísmo, estratégia vista como única forma de um administrador conhecer os mais relevantes problemas a resolver durante seu desempenho na chefia do Estado ou dos Municípios. Uma vez que Augusto Comte ensinara que o governo era uma questão de competência, pois o poder vem do saber.

Para o castilhismo, o Município funciona, conforme Rodriguez, como "a escola primária da democracia, onde nascem e vivem os elementos geradores dos movimentos sociais e políticos",<sup>11</sup> matriz de homens e líderes que deverão futuramente agir na observância de tais valores.

O PRR prega ainda a necessidade de municipalizar os serviços públicos e manter os orçamentos equilibrados, em nível municipal e estadual.

Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros, a exemplo de outros Presidentes de Estado, influem na indicação, permanência e conduta dos intendentes rio-grandenses. De 1928 a 30, Getúlio é mais tolerante com o critério de escolha e estabilidade dos chefes municipais;

que com ele não precisam necessariamente ser filiados ao PRR, fato que lhe granjeia a simpatia de alguns libertadores.<sup>12</sup> De 30 a 37, Flores da Cunha procura manter a postura de seu antecessor, embora não possua a mesma habilidade política de Getúlio Vargas.<sup>13</sup>

O controle das eleições municipais mediante decreto e outros meios — como a fraude ou a eficiência da Brigada Militar do Estado, que podia ser empregada para fins políticos —, aliado ao voto em aberto, que facilitava sobremaneira conhecer o posicionamento dos votantes, assegurava a hegemonia do PRR.

Prerrogativas de tal ordem permitem montar uma ordem jurídica, legalmente constituída, possibilitando a instituição de um “Estado de Direito” legitimador da ação do PRR. Segundo Stamatto, “os usos e abusos de poder pelo aparato estatal ou a orientação administrativa e ideológica imprimida pelo PRR não eram ilegais, mas, ao contrário, estavam respaldados pela lei”.<sup>14</sup>

As eleições para os Intendentes Municipais ocorriam de quatro em quatro anos. Nessas ocasiões, o papel do dirigente político local fazia-se essencialmente importante. O republicano João Neves da Fontoura, que acompanhou seu pai em uma campanha política em Cachoeira, testemunhando sobre a falta de compenetração do povo, dizia que era necessário “doutripnar os mais empedernidos, dar exemplos de dedicação”.<sup>15</sup>

A substituição dos intendentes eleitos por provisórios, que tendiam a permanecer consoante critérios estabelecidos pelo Presidente do Estado, revelando a falta de autonomia municipal, tornou-se um dos focos fundamentais de atrito entre os republicanos e constituindo-se em um dos argumentos mais frequentes para os afastamentos do PRR.<sup>16</sup>

Os federalistas, após serem derrotados no pleito para Intendentes de Porto Alegre, em 1908, recusam-se a indicar novamente candidatos até as eleições de 1916; nessa ocasião, justificam suas ausências com a denúncia de fraude, que invalida a competição, e de falta de segurança dos candidatos oposicionistas.<sup>17</sup>

O trabalho de angariar votos de casa em casa, somado às acusações de que são vítimas no decorrer dos processos eleitorais, explica a importância que o PRR atribui ao aspecto legal como o que deve respaldar sua permanência no poder.

Conforme pode-se comprovar pela tabela 1, entre os anos de 1896 a 1928 sempre houve eleições municipais. Apenas a partir de 1930 o Prefeito passa a ser nomeado pelo Interventor no Estado.

Tabela 1  
TABELA GERAL DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS  
EM PORTO ALEGRE (1897-1937)

Ano do pleito	Candidato do PRR	Nº de votos	Oposição	Nº de votos
1896	J.A. Montauray	2.418	—	—
1900	J.A. Montauray	3.791	—	—
1904	J.A. Montauray	4.569	—	—
1908	J.A. Montauray	5.197	Antão de Faria	393
1912	J.A. Montauray	6.051	—	—
1916	J.A. Montauray	6.133	Antonio de Moraes Fernandes	622
1920	J.A. Montauray	6.817	—	—
1924	Otávio Rocha	8.012	Cel. Frederico Gomes da Silva	1.413
1928	Alberto Bins	7.388	—	—
1930	(permanece nomeado)			

FONTES:

1. A *Federação*, 6 out. 1896. Porto alegre, p.2.
2. *Ibidem*, 27 set. 1900, p.1.
3. *Ibidem*, 29 set. 1904, p.2.
4. *Ibidem*, 29 set. 1908, p.1.
5. *Ibidem*, 29 set. 1912, p.1.
6. *Ibidem*, 29 set. 1916, p.5.
7. *Ibidem*, 29 set. 1920, p.1.
8. *Ibidem*, 29 set. 1924, p.2.
9. *Ibidem*, 29 set. 1928, p.2.

## II. Primeiros chefes municipais no período republicano

entre 1890 e 1897 Porto Alegre possui 7 chefes executivos. Três na qualidade de Presidente da Junta Municipal, um administrador municipal, dois Intendentes nomeados pelo Governador e um eleito de forma indireta.<sup>18</sup>

Dois estudos de casos sobre os Executivos Municipais nesse período revelam significativamente o relacionamento entre o Presidente do Estado e Intendentes.

Felicíssimo Manuel de Azevedo, escolhido pessoalmente por Castilhos para ser o primeiro Presidente da Junta Municipal, permanece menos de dois anos no posto. Algum tempo depois, confessa-se vexado por ter consentido ser, segundo suas próprias palavras, "simples empregado do governo".<sup>19</sup> Não lhe cabe assumir responsabilidades sobre nenhuma realização durante seu mandato, pois é-lhe aconselhado nada mudar. Somente a Júlio de Castilhos e à comissão administrativa, que o obedecia cegamente, era dado tomar decisões.

O segundo caso refere-se ao mandato de Alfredo Augusto de Azevedo, também indicado por Castilhos para ser o primeiro Intendente do Município. Depois de permanecer por quase 4 anos nesta função, Azevedo exonera-se em caráter irrevogável, alegando que a interferência constante do Governo do Estado em assuntos municipais impossibilitava-o administrar e servir à causa pública.<sup>20</sup>

Castilhos e Evaristo do Amaral, dois dos expoentes do PRR, contestam as declarações de Azevedo à Imprensa. Amaral discorre sobre o aumento da dívida pública de Porto Alegre no governo de Azevedo, apontando-a como conseqüência do péssimo emprego dos capitais. Isso comprova, segundo Evaristo do Amaral, que Azevedo administrou contrariando, inclusive, as opiniões de técnicos do Governo do Estado. Esse foi o caso específico da estrada de ferro que manda construir para transporte dos cubos das fossas móveis. A estrada custou muito dinheiro e sua construção havia sido desaconselhada, pois com a futura rede de esgotos tornar-se-ia inútil. Além disso, os despejos eram feitos nas proximidades do ponto de captação da água para servir Porto Alegre. Mesmo tendo levado adiante a obra, encontra razões para queixar-se de falta de autonomia do Intendente, conclui Amaral.<sup>21</sup>

As controvérsias entre os Intendentes e seus líderes partidários não são bem vistas pelo castilhismo e o exemplo de Intendentes como Azevedo faz com que se redobrem os cuidados na indicação de nomes para a chefia do executivo municipal, principalmente na capital do Estado.

O processo histórico de sucessão do chefe executivo municipal em Porto Alegre adquire características peculiares a partir de 1896. É preciso indicar o candidato à Intendência entre os correligionários que melhor demonstrem sua identificação com o castilhismo, no que fica implícita a obediência cega ao líder do Partido e ao Presidente do Estado, as figuras mais representativas do PRR.

Vale assinalar que a agremiação acertou nas escolhas, pois dessa data até 1937, ou seja, ao longo de quarenta anos, Porto

Alegre tem apenas três Intendentes Municipais. O primeiro permanece 27 anos no poder, o segundo falece no decorrer do seu mandato e o terceiro fica quase dez anos no cargo.

Essa agitação é representativa de um lado da força do PRR no Estado, pois consêgue impor essa política, e, de outro, da preocupação partidária em ter à testa do governo de Porto Alegre um elemento da sua mais absoluta confiança.

A situação de continuidade administrativa que se observa no governo de Porto Alegre, em nível de Capital de Estado, ao contrário de outras importantes cidades do País, ocorre igualmente em nível de município, também caso único entre os demais do Rio Grande do Sul.

Isso fica claro nas tabelas 2 e 3, referentes às principais capitais do País e aos municípios mais populosos do Estado, respectivamente.

Tabela 2  
NÚMERO DE CHEFES MUNICIPAIS DAS PRINCIPAIS  
CAPITAIS DE ESTADOS BRASILEIROS (1897-1937)

Capital	Número de intendentes (prefeitos)
São Paulo	15
Recife	18
Belo Horizonte	21
Rio de Janeiro	27
Porto Alegre	3

**FONTES:**

LOVE, J. *A locomotiva: São Paulo na federação brasileira. 1889-1937.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982. p.402.

LEVINE, R. *À velha usina.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980. p.261.

WIRTH, J.D. *O fiel da balança. 1889-1937.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982. p.336-7.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. *Cronologia política do primeiro período republicano. 1889-1930.* Rio de Janeiro, 1983. p.61.

ENCICLOPÉDIA MIRADOR INTERNACIONAL. São Paulo, Enciclopédia Britânica, 1976. n° 18. p.926.

ANAIS do Arquivo Histórico do Município de Porto Alegre. Porto Alegre, SEC/Divisão de Cultura, 1983. p.51-2.

Tabela 3

NÚMERO DE CHEFES MUNICIPAIS DOS DEZ MUNICÍPIOS  
RIO-GRANDENSES MAIS POPULOSOS CONFORME  
O CENSO DE 1920 (1897-1937)

Municípios	Número de chefes municipais	Nº de habitantes
1. Uruguaiana	19	33.500
2. Rio Grande	14	51.000
3. Pelotas	12	82.000
4. Cachoeira	11	50.000
5. Santa Maria	15	52.700
6. Cruz Alta	15	36.170
7. Passo Fundo	13	65.000
8. Caxias do Sul	15	33.000
9. São Leopoldo	7	44.000
10. Porto Alegre	3	205.000

## FONTES:

- \*FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *De província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul* — Censos do RS 1803-1950. Porto Alegre, 1981. p.125.
1. PIMENTEL, Fortunato. *Aspectos gerais de Uruguaiana*. Porto Alegre, Livraria Continente, 1944. p.341-2.
  2. ———. *Aspectos gerais do município de Rio Grande*. Porto Alegre, Imprensa Oficial, 1944. p.429.
  3. ———. *Aspectos gerais de Pelotas*. Porto Alegre, Gundlach, 1940. p.17-8.
  4. PORTELA, Vitorino & CARVALHO, Manoel de. *Cachoeira histórica e informativa*. Cachoeira, Portela, s.d. p.47.
  5. BALÉM, J. *História do município de Santa Maria (1797-1939)*. Porto Alegre, Selbach, 1933. p.149-53.
  6. ROCHA, Prudêncio. *A história de Cruz Alta*. Cruz Alta, Liderança, 1964. p.176.
  7. GEHM, Delma R. *Passo Fundo através do tempo*. Passo Fundo, Diário da Manhã, 1982.
  8. GIRON, Loraine Slomp. *Caxias do Sul: evolução histórica*. Caxias, Prefeitura Municipal, 1977.
  9. PETRY, Leopoldo. *São Leopoldo berço da colonização alemã do Rio Grande do Sul (1864-1964)*. São Leopoldo, s.ed., 1964. p.113.
  10. SPALDING, Walter. *Pequena história de Porto Alegre*. Porto Alegre, Sulina, 1967. p.161, 167, 175.

### III. O eterno intendente

O continuísmo tem início com a indicação de José de Aguiar Montauray por Júlio de Castilhos, em 1896. Eleito no mesmo ano, Montauray assume efetivamente, em 1897 o Governo de Porto Alegre, permanecendo 27 anos nesta função.<sup>22</sup>

Montauray nasceu no Rio de Janeiro, em 1858. Formou-se engenheiro pela Escola Politécnica, onde recebeu grande influência da filosofia positivista. Isso facilita-lhe ser bem aceito no Rio Grande do Sul, atuando, conforme preceitos do PRR, como funcionário federal da Comissão de Terras e Estabelecimentos de Imigrantes no Estado. O trabalho dá-lhe oportunidade de visitar e fazer-se conhecido em muitos municípios gaúchos como Passo Fundo, Santa Maria, Cruz Alta, Santo Ângelo, Cachoeira, Pelotas, Bento Gonçalves e Garibaldi.<sup>23</sup>

Montauray é o primeiro Intendente a governar consoante os princípios da 1ª Lei Orgânica Municipal de 1892.<sup>24</sup> A lei estabelece o território do município, divisão em distritos e comissariados, suas rendas, taxas e atribuições. Estipula igualmente que o Governo Municipal deve ser exercido por um Intendente, com poderes para dirigir todos os serviços, e por um Conselho, em lugar da antiga Assembléia Municipal.

O Conselho reúne-se apenas dois meses por ano para a votação de questões relativas ao orçamento municipal. As leis, decretos e atos são feitos pelo Intendente. A situação, afirma Spalding, torna o Intendente “a única cabeça pensante, depois da do Presidente do Estado”.<sup>25</sup>

Todos os cargos são eletivos e renováveis a cada quatro anos em pleitos de voto aberto. O Intendente pode escolher apenas o vice e os sub-Intendentes para quantos distritos houver no município.

Em 1898, um ano após o início do mandato de Aguiar, encerra-se, segundo H. Trindade, o período instável e de legitimação progressiva da república positivista.<sup>26</sup> A Borges de Medeiros, pupilo dileto e sucessor de Júlio de Castilhos, cabe consolidar definitivamente a República.

Com tais objetivos, Borges faz algumas modificações na Lei Orgânica de Porto Alegre. Em 1902, visando a cercear mais o poder do Intendente, reduz a sua faculdade de propor reformas à lei orgânica, que somente seriam levadas em consideração se aprovadas pela totalidade de membros do Conselho. A lei também

define critérios mais rigorosos para o preenchimento de cargos, como o de vice-Intendente, que não poderia pertencer, até o décimo grau de parentesco, à família do Intendente.<sup>27</sup>

No caso de Montaury a aplicação das restrições não se faz necessária, pois a cada reeleição ele confirma em discurso sua obediência e devotamento ao PRR, a Júlio de Castilhos e posteriormente a Borges de Medeiros:

Suprindo pela lealdade e pelos esforços o que me faltava em competência, procurei corresponder a confiança que me havia sido dispensada; e graças à coadjuvação patriótica do Conselho Municipal, à colaboração dos meus companheiros de trabalho e auxílio da generosa população, o Benemérito Dr. Júlio de Castilhos, findo o mandato, renovou a imerecida distinção que me conferira, *julgando necessária a continuidade no cargo, indicando-me para o quadriênio que hoje finda.*<sup>28</sup> (o grifo é meu)

A essa rotina os seus adversários reagem com críticas às fraudes no processo eleitoral que o conduziu mais uma vez ao poder.<sup>29</sup>

Em 1903, com a morte de Castilhos, Borges assume cumulativamente a direção do Governo e a direção partidária, enquanto Pinheiro Machado dirige os assuntos rio-grandenses em âmbito federal. Daí em diante acumulam-se as tensões dentro do PRR.<sup>30</sup>

Na conjuntura de 1907/1908, as oposições gaúchas ampliam-se com a saída de Fernando Abott do PRR e com a fundação do Partido Republicano Democrático. No ano de 1907, Abott concorre contra Carlos Barbosa, indicado pelo PRR para a sucessão de Borges de Medeiros no Governo do Estado. Em 1908, Antão de Farias, também dissidente dos republicanos, disputa com José Montaury de Aguiar Leitão o Governo de Porto Alegre.<sup>31</sup>

A vitória de Carlos Barbosa, em 1907, sucede, no ano seguinte, a de José Montaury. Esses resultados já eram esperados pela oposição e governo, apesar de a Capital apresentar uma taxa extremamente baixa de fraudes e violência nas eleições, se comparada com outros municípios rio-grandenses menos urbanizados.<sup>32</sup>

É interessante registrar o grau de polêmica que revestiu a disputa eleitoral de 1908 nos periódicos de Porto Alegre. Para *A Federação*, porta-voz na Imprensa do partido situacionista, a candi-

datura de Antão de Farias, como representante dos federalistas e democratas, deveu-se apenas à sua vaidade pessoal.<sup>33</sup>

Tanto a candidatura de Abott como a de Antão de Farias afiguram-se aos republicanos como estratégias da oposição para minar o poder de Borges de Medeiros no Estado. Tal pensamento reforça o papel decisivo que tem o Intendente da Capital do Estado na manutenção da hegemonia do PRR no Rio Grande do Sul.

O envolvimento rotineiro da Imprensa na campanha assume importância extraordinária nesse momento histórico, servindo de alvo para críticas violentas do partido governista. O apoio de *A Gazeta do Comércio* e do *Jornal da Manhã* aos candidatos federalistas é considerado como ato de desserviço à comunidade, no interesse apenas de seus diretores.

A propaganda federalista, que aponta Antão de Farias como “candidato popular”, *A Federação* replica dizendo que esse é o refrão de todo o candidato sem prestígio e eleitorado próprio. Publica cartas de apoio a Montauray enviadas pela “Liga Operária” e pela “Colônia Italiana”. Defende o Intendente das críticas que sofre por ser solteiro, carioca e não possuir residência própria no Rio Grande do Sul.<sup>34</sup>

*A Federação* também esforça-se para desmentir as acusações sobre salários exorbitantes pagos a funcionários municipais e sobre a fraude nos dados do orçamento de Porto Alegre.

Em setembro de 1908, Montauray é reeleito, fato que revela a fraude, na opinião dos vencidos, e na vitória da justiça sobre a demagogia, na dos republicanos.<sup>35</sup>

A diferença de votos de Montauray (5.207) sobre Antão de Farias (393), pela sua expressividade, revela senão coesão partidária do PRR, pelo menos uma técnica muito bem articulada de vender eleições. À guisa de demonstrar o apoio que tem na sociedade civil, *A Federação* publica a tabela 4, transcrita a seguir, a qual demonstra o número de votos, por categoria profissional, que José A. Montauray recebeu e o de seu opositor.

Tabela 4  
ELEIÇÃO MUNICIPAL  
RECAPITULAÇÃO DOS QUADROS ESTATÍSTICOS DA  
ELEIÇÃO MUNICIPAL DE 28 DE SETEMBRO DO CORRENTE  
ANNO JÁ PUBLICADOS PELA "FEDERAÇÃO"

Profissões	Votaram no dr. Montaury	Votaram no dr. Antão	Total
Artistas	1		1
Avogados	3	6	38
Agrimensores	40		40
Aposentados	8	1	9
Agencia	351	23	374
Agricultores	563	31	594
Commercio	1246	143	1389
Capialistas	27		27
Conductores e motorneiros	50	3	53
Corrector de advocacia		1	1
Correctores	1		1
Constructores	14	2	16
Despachantes	32		32
Dentistas	10	4	14
Estudantes	126	7	133
Empregados municipaes	170		170
Engenheiros	33	3	36
Empresario	1		1
Funcionarios publicos	539	17	556
Fazendeiros	4		4
Foguistas	1		1
Guarda-livros	26	1	30
Industrialistas	68	3	71
Jornalistas	8	1	9
Magistrados	14		14
Militares	169	16	185
Maritimos	83	5	88
Medicos	43	1	44
Medicos licenciados	1	1	2
Machinistas	30		30

<i>Operarios</i>	1287	110	1397
Photographos	1	1	2
Proprietarios	91	1	92
Professores	41	2	43
Pharmaceuticos	36	2	38
Reporter	2	1	3
Reformados	2	2	4
Serventuario de justiça	35		35
Sacerdote	1		1
Telegraphistas	20	2	22
<hr/>			
SOMMA	5207	393	5600

\*O grifo é do texto.

FONTE: Eleição Municipal. In: *A Federação*, 21 out. 1908. Porto Alegre.

Em 16 de outubro de 1908, Montaury assume pela quarta vez a chefia de Porto Alegre e em meio a grandes festividades. Pinheiro Machado, Evaristo do Amaral, 48 Intendentes de municípios gaúchos e dezenas de políticos e populares fazem-se presentes na ocasião.<sup>36</sup>

Montaury reitera seus propósitos de atender aos interesses de toda a sociedade civil. Sua preocupação em afirmar-se como um dirigente político-partidário capaz de minorar as condições de vida dos proletários e refrear a ganância dos capitalistas condiz com o discurso do PRR, cuja tônica é buscar a paz social. De tal modo ocupa-se com esse tema que julga conveniente sonegar do público fatos significativos que a ameacem. Exemplo disso é a atitude de *A Federação*, em 1911, quando condena reportagem de *O Correio do Povo* sobre agitações no meio operário, pois sua publicação parece-lhe uma maneira de incentivar, pela divulgação, o espírito anárquico de um grupo restrito da sociedade civil.<sup>37</sup>

A continuidade disciplinar e pessoal do PRR ajuda seus chefes a projetarem-se no cenário municipal, estadual e no centro do país. Borges de Medeiros sucedeu a Carlos Barbosa no Governo do Estado de 1913, permanecendo no posto por 15 anos. Na esteira de Borges de Medeiros, José Montaury de Aguiar Leitão reforça a dinâmica do continuísmo, embora, diversamente, de seu chefe partidário, precise enfrentar novos candidatos da oposição.

A organização do Partido Republicano Conservador por Pinheiro Machado, em 1910, que contava com o apoio da maioria das máquinas estatais e o de Borges de Medeiros, fortalece o PRR, que tanto no Congresso como no Executivo Estadual, como garante Love, continua a desfrutar de monopólio virtual de poder. Borges tira vantagens das relações de Pinheiro junto ao Presidente do País, adquirido, por exemplo, para o Estado, o controle do porto de Porto Alegre.

Em 1915, a disputa entre Hermes da Fonseca e Ramiro Barcelos a uma vaga para o Senado pelo Rio Grande do Sul leva ao rompimento deste com Borges de Medeiros por ter apoiado a candidatura de Hermes.

Como os chefes municipais do Partido permanecem fiéis ao Presidente do Estado, Ramiro perde o pleito. Nesse mesmo ano, Pinheiro Machado é assassinado no Rio de Janeiro.

Ano seguinte, ocorrem novas eleições para os Executivos Municipais no Rio Grande do Sul, e Borges, como sempre, manifesta desejo pela permanência de Montaury no cargo.

A morte de Pinheiro Machado e a dissidência de Ramiro Barcelos, ambos políticos de muita representatividade no Partido, acrescida da crise econômica que se instala com a primeira guerra mundial e cujos efeitos começam a manifestar-se em todo o país, são fatos que permitem entender o fortalecimento de grupos anti-borgistas no Sul do País.<sup>38</sup> Tal fortalecimento manifesta-se nas eleições para a Intendência de Porto Alegre em 1916, quando a oposição lança Antonio de Moraes Fernandes para concorrer com José Montaury de Aguiar Leitão.

A *Federação* publica artigos contraditórios que, de um lado, veiculam o regozijo do PRR pela oportunidade de pelear pelo posto e mostrar seu prestígio junto aos porto-alegrenses, e, de outro, manifestam profundo desagrado à crítica, implícita na disputa política, a seu partido, candidato e programa.<sup>39</sup> Conclui-se que o PRR não se conforma com contestações em nível de competição eleitoral, pois vê nisso a possibilidade de sofrer uma crise hegemônica.

Como oposição, Moraes Fernandes lança um curto e incisivo programa de ação: acabar com a tirania borgista através de uma revolução.<sup>40</sup>

A vitória de Montaury assegura-lhe mais quatro anos no governo da cidade. Serão, no entanto, anos problemáticos. Entre 1916 a 1920 o País vivencia violenta crise econômica, que virá a agravar-

se nos próximos anos.

Em 1921, a crise desencadeia sérios problemas no Rio Grande do Sul, face sua economia ser basicamente agropastoril. O PRR, que milita pela livre concorrência, atribuindo ao Estado apenas uma função técnico-administrativa, é contrário ao estabelecimento de um protecionismo estatal e à concessão de privilégios a qualquer setor da produção em particular, atendendo solicitações que recebe no Estado.

Os anos entre 1919 e 1922 correspondem ao período em que o Governo Brasileiro apresenta o maior déficit orçamentário, fruto da crise internacional que afeta a economia brasileira.

Os fatos favorecem e propiciam a articulação, no Rio Grande do Sul, de grupos dispostos a mover uma campanha contra o PRR. Assis Brasil desponta como o líder mais importantes das oposições, que se funde em São Gabriel, criando, em janeiro de 1924, a chamada Aliança Libertadora. Seus membros — os libertadores — querem extinguir o domínio de Borges de Medeiros indicando Assis Brasil para o seu lugar.

Dentro do PRR também cogitam-se mudanças. Estuda-se a substituição de Borges de Medeiros pelo Deputado Federal Francisco Otávio Rocha no pleito para Presidente do Estado, em 1922.

Imediatamente, após tomar conhecimento do fato, Otávio Rocha envia um telegrama a Lindolfo Collor, diretor de *A Federação*, manifestando-se absolutamente contrário à idéia. Na sua opinião, o momento era crítico para a hegemonia política do PRR e não admitia vacilações. O candidato em 1922 deveria obrigatoriamente ser Borges de Medeiros, quer ele quisesse ou não, pois era, como todos os republicanos, apenas um soldado a serviço do Rio Grande do Sul.<sup>41</sup>

Novo telegrama assinado por republicanos em cargos federais reafirma o apoio da bancada gaúcha e das duas casas do Congresso Nacional para a candidatura de Borges de Medeiros.<sup>42</sup> Em 25 de setembro de 1922, a Comissão Provisória do Partido proclama oficialmente a pretensão de manter Borges como Presidente do Estado para o período de 1923-1927.

Na conjuntura de 1921-23, os assististas possuem no Rio Grande do Sul coesão razoável para tentar concorrer com os republicanos nas eleições para Presidente do Estado.<sup>43</sup>

As umas, entretanto, dão novamente a vitória a Borges de Medeiros. Assis Brasil, candidato dos libertadores, sai-se melhor

na capital, onde a fraude é mais difícil, e na campanha, onde os federalistas têm sempre o maior apoio.

Se à crise que a pecuária vivencia no período somar-se a certeza de fraude nas eleições, a qual teria dado ganho à situação, significando o continuísmo na política econômica de apoio à economia diversificada, perceber-se-á a iminência de novo e cruento conflito entre os gaúchos.

A luta fratricida de 1923, plena de episódios de degola, finaliza com o Pacto de Pedras Altas. O fato é representativo do declínio da hegemonia do PRR no Estado.<sup>44</sup> A Constituição de 1891 — fonte de legitimação do PRR — é revisada, permitindo-se o acesso ao poder de outras facções das classes dominantes.

O pacto, nas palavras de Kieling, precisou ser muito discutido antes de sua aprovação.

Leia-se:

Se Borges de Medeiros teve que aceitar a pressão de seu partido para fazer o acordo, Assis Brasil teve que convencer seus correligionários sobre a viabilidade do mesmo.<sup>45</sup>

Como no decorrer da campanha contra a quinta reeleição de Borges a crítica finca pé no continuísmo que o PRR propiciava aos seus mandatários e na sua repercussão na economia dos municípios e de todo o Estado, a permanência é o primeiro dos artigos a ser modificado na Constituição Estadual e nas Leis Orgânicas Municipais. Pela nova legislação, o Intendente não poderá mais ser reeleito para o quadriênio imediato.<sup>46</sup>

Dessa forma, impede-se a reeleição de Montaury ao Governo de Porto Alegre, em 1924.

Consoante João Neves da Fontoura, republicano engajado e amigo pessoal de Montaury, a nova lei traz aos porto-alegrenses “um coro de esperanças de reformas e progressos”. Neves da Fontoura explica que havia uma lastimável contradição entre as simpatias que a pessoa do Intendente despertava e o descontentamento com a sua administração. O horror a mudanças que transparece ao longo das administrações de Montaury contribuíram, conforme seu correligionário, para criar em torno do Partido e Governo uma atmosfera de impopularidade.<sup>47</sup>

Antonacci, em estudo sobre a revolução de 1923, apresenta uma série de documentos, comprovando a impopularidade do Intendente e da política continuísta, que acirram as críticas a Borges de Medeiros e inviabilizam a sua reeleição.<sup>48</sup>

#### IV. Um político no Poder Executivo

Para suceder a José Montaury de Aguiar Leitão, o PRR, por escolha de Borges de Medeiros, indica Otávio Rocha como Intendente de Porto Alegre e Alberto Bins para vice-Intendente.

Otávio Rocha, gaúcho de Pelotas, engenheiro, 47 anos, metade dos quais dedicado à política partidária, foi colaborador do *Diário Popular*, em Pelotas, diretor de *A Federação* de Porto Alegre, Secretário da Fazenda do Estado, Deputado Federal, Membro da Comissão de Finanças e líder das bancadas republicanas gaúcha, baiana, do Rio de Janeiro e Pernambuco. Além de todas essas credenciais, Otávio Rocha era ainda o discípulo predileto de Borges de Medeiros.<sup>49</sup>

O candidato recebe apoio do comércio e indústria de Porto Alegre e a adesão imediata também da Liga de Operários republicanos do Rio Grande do Sul.<sup>50</sup>

*A Federação* explora o fato, mostrando que o voto aberto dos republicanos é mais honesto que o secreto, propugnado pela *Aliança Libertadora*, posição essa, segundo o jornal, reveladora do medo de assumir posição.<sup>51</sup>

Enquanto a candidatura de Otávio Rocha é aceita sem contestações entre seus correligionários, a de Bins atrai algumas críticas. Essas não dizem respeito à pessoa, tendo-se originado a partir de um memorial que a Colônia Teutônica teria dirigido a Borges de Medeiros, solicitando representação à parte na Câmara Federal pelo Partido Situacionista e indicando Alberto Bins às eleições municipais.

Conforme *O Exemplo*, trata-se de uma aspiração descabida da colônia alemã. Caso ela fosse aceita pelo Presidente do Estado, poderia gerar um precedente para futuras petições das comunidades francesa, inglesa, espanhola, entre outras, que estariam, com isso, favorecendo a criação de facções dentro do próprio partido e de candidatos de grupos.

O final do artigo aponta as ingerências existentes no seio

do PRR, dizendo que nos momentos de crise hegemônica, justamente quando é preciso encontrar um correligionário representativo de toda agremiação, é quando elas tornam-se mais evidentes.

Veja-se:

Nunca é demais lembrar-lhes que o hóspede bem acolhido não precisa ser humilhado, não precisa ser insolente, mas, deve saber que mora em casa alheia e casa alheia que tem dono...

O brasileiro é generoso, mas não admite afrontas subtis à sua dignidade!<sup>52</sup>

O firme apoio de Borges à candidatura de Bins ao posto de vice-Intendente tranqüiliza os ânimos e restabelece o consenso quanto à substituição de Montauray no governo de Porto Alegre.

A Aliança Libertadora, sob a liderança de Assis Brasil, visando basicamente combater o borgismo, resolve, nesse ano, apresentar como candidato a Intendente de Porto Alegre o Coronel Frederico Gomes da Silva e o médico Feliciano Falcão como seu vice. A favor do primeiro salienta sua experiência de 28 anos como funcionário público. No combate à candidatura de Otávio Rocha está a crítica a seus projetos de continuar o programa de governo de Montauray, o que significaria persistir nos mesmos erros.<sup>53</sup>

A análise que os aliancistas fazem da situação financeira do município acusa a existência de uma dívida de cerca de oito vezes a receita orçada para Porto Alegre, fato que atribuem à péssima administração pública do município.<sup>54</sup>

As umas davam a vitória a Rocha, enquanto o *Correio do Povo* denunciava que a eleição fora uma farsa e que os votos haviam sido miseravelmente arrancados de "consciências oprimidas".<sup>55</sup>

Rocha inicia seu governo em um momento de grave crise nacional que atinge inevitavelmente o Rio Grande do Sul. Confessa-se pouco qualificado para o cargo administrativo, pois sempre trabalhara como político e como tal compromete-se a seguir um programa partidário e não pessoal, obedecendo ao lema republicano de "conservar melhorando" e prometendo obediência a Borges de Medeiros, como chefe de seu partido. Um ano depois confirma o compromisso:

Antes de organizar o nosso programa, trocamos idéias com o chefe do Partido Republicano Rio-Grandense,

que dá a todos os seus partidários orientação política e administrativa.<sup>56</sup>

A fidelidade ao Borgismo garante aos seus correligionários manterem-se em cargos de poder e receberem favores pessoais. Em 1926, o Presidente gaúcho telegrafa a Getúlio Vargas, então deputado Federal, solicitando-lhe conseguir a reintegração de Otávio Rocha como professor do Colégio Militar de Porto Alegre, do qual afastou-se para servir ao PRR em serviços administrativos.<sup>57</sup>

Em novembro de 1927, Getúlio Vargas e João Neves da Fontoura são eleitos respectivamente presidente e vice-presidente do Rio Grande do Sul. Segundo Ferreira F.<sup>o</sup>, o fato significa o término da dominação castilhistas, pois o novo Presidente, embora eleito pelo Partido Republicano, procura a conciliação político-partidária no Estado.

A conciliação ocorre no momento em que a oposição está fortalecida no Rio Grande do Sul.<sup>58</sup> Assis Brasil, em 1927, lidera a formação de um Partido Nacional, que agremia a Aliança Libertadora gaúcha e o Partido Democrático de São Paulo. Em 1928, a Aliança Libertadora reorganizar-se-á sob o nome de Partido Libertador.

Na eleição para a sucessão municipal de Porto Alegre de 1928, o continuísmo prossegue com a indicação, pelo PRR, de Alberto Bins para Intendente da capital, em um pleito sem concorrentes oficiais.

Os libertadores, depois de lançarem a candidatura de Wenceslau Escobar, ex-Deputado Federal, e a do médico Gabino Fonseca para os cargos de Intendente e vice-Intendente de Porto Alegre, decidem não concorrer, retirando suas chapas.<sup>59</sup>

A candidatura de Alberto Bins se não entusiasma os libertadores também não lhes desagradam. O processo eleitoral prometia ser pouco conturbado, salvo algumas previsões de *O Diário de Notícias* sobre o fim do Borgismo, com base nas sucessivas eleições de Intendentes Municipais libertadores em São Sepé, Caçapava e D. Pedrito.<sup>60</sup>

Em Porto Alegre, na "boca das urnas", conforme expressão da época, os eleitores agitam um pouco e quebram a monotonia do pleito, votando, a título de homenagem, em candidatos não oficiais.

Não foram poucos os que brincaram com o seu voto: Lafayette

Cruz recebe 405 votos e Luis Carlos Prestes 334. Além deles, outras personalidades foram lembradas, como Antão de Farias, Raul Pilla, Borges de Medeiros, entre outros.<sup>61</sup>

Em 15 de agosto de 1928, Alberto Bins, após uma eleição que registrou um recorde de abstenções, é eleito para Intendente de Porto Alegre por 7.456 votos. O número não chega a ser expressivo se se considerar que em 1924 o PRR conseguiu 12.000 eleitores.

## V. Um industrial na administração

As razões da escolha de Bins para a Intendência de Porto Alegre em 1928 são as mesmas que quatro anos antes o guindam a vice-Intendente de Otávio Rocha: sua dedicação ao PRR e sua militância político-partidária como vereador, conselheiro e deputado estadual. O fato de ser um homem bem sucedido nos negócios é habilmente usado na sua campanha como argumento de garantia para o progresso de Porto Alegre.

Porto-alegrense, nascido em 1869, estudou na Inglaterra e Alemanha, de onde trouxe idéias novas, especialmente no ramo da indústria metalúrgica.

Ser um homem rico e muito bem relacionado permite-lhe atitudes de independência em relação à autoridade política maior do Estado. Certa feita, após a revolução de 30, sendo o interventor no Rio Grande do Sul Flores da Cunha, Bins desaponta-se com a sua interferência nos assuntos municipais e declara-se disposto a renunciar ao cargo. São suas palavras:

Se o senhor não me quiser mais como Prefeito de Porto Alegre, então volto à fábrica de cofres.<sup>62</sup>

Bins dizia-se representante das classes produtoras por ter participado, em 1926, da fundação do Sindicato de Arroz e, em 1927, da VARIG, primeira empresa aérea comercial a funcionar no País, além de ter sido Presidente da Associação Comercial de Porto Alegre e responsável por indústrias importantes no Estado, como a União de Ferros, Cofres Berta e outras.

Bins propunha-se a amparar o operário, fundando em 1930 um Comitê com esta finalidade, ao mesmo tempo que criava sindicatos de apoio aos industriais.

Segundo Love, o trabalho de Bins na organização de sindicatos e a forte cobertura de Getúlio às atividades da pecuária contribuíram para melhorar as relações do PRR com o Partido da oposição.<sup>63</sup>

A influência recíproca entre o Presidente de Estado e os Intendentes<sup>64</sup> pode ser subentendida na questão dos matadouros da capital gaúcha. Alberto Bins decide centralizar o abate de carne no Matadouro Modelo de Porto Alegre, o que prejudicaria os marchantes de São Leopoldo. Por pressão desses junto a Getúlio, o Intendente vê-se obrigado a reconsiderar a medida, apoiando-se no parecer de uma Comissão, organizada às pressas, por determinação do Governo do Estado, que considerou a descentralização dos abates uma forma de baratear os custos da carne.<sup>65</sup>

A atitude como essa Getúlio Vargas deve as simpatias que vai conquistando no Estado. Ele não é visto, como o era Borges anteriormente, como um usurpador na Presidência do Estado, o que o leva a empenhar-se em garantir eleições honestas nos municípios, assegurando a posse dos Intendentes libertadores. Esse é o caso de São Gabriel e Dom Pedrito e também em Santa Cruz do Sul e Bagé, onde se registram desmandos de toda a ordem no processo eleitoral.

Getúlio pretende a conciliação entre republicanos e libertadores e o maior empecilho que enfrenta para conseguí-la, segundo Kieling, consiste no "conflito de orientação entre ele e a chefia do PRR, ainda nas mãos de Borges de Medeiros".<sup>66</sup>

O Presidente gaúcho parece não se incomodar com as opiniões de Borges sobre a sua conduta e, como diz Cortés, "quietamente, firmemente, Vargas estabeleceu sua independência governamental".<sup>67</sup>

Os resultados de sua política não se fazem esperar. Em julho de 1929, quando se encerra o Congresso das Municipalidades, em Porto Alegre, três Intendentes Libertadores assinam uma moção indicando o nome de Getúlio Vargas ao Catete.

Neste interim, José Antonio Flores da Cunha, companheiro de Getúlio Vargas no grupo de Republicanos da "geração de 1907", destaca-se no Estado por façanhas de cunho militar. Comanda as sucessivas batalhas que vencem as forças de Honório Lemes e Luís Carlos Prestes nas tentativas de invadir o Rio Grande do Sul.

Vivencia-se, enquanto isso, uma crise político-econômica no País, cujo desfecho seria a deposição do Presidente da República Washington Luís no episódio da revolução de 30.

No Rio Grande do Sul, libertadores e republicanos criam a Frente Única, conseguindo, graças ao apoio de Minas Gerais e Paraíba, formar a Aliança Liberal. Nesse período, o Estado rio-grandense constitui, como afirma Bóris Fausto, "o centro mais articulado de temperada oposição ao núcleo agrário exportador, pelo qual o Exército tinha pouca simpatia e com o qual mantinha escassas vinculações".<sup>68</sup>

Em outubro de 1930, Getúlio Vargas encontra-se na Presidência do Governo Provisório da República e no mês seguinte, como parte de um programa de regeneração, assume poderes ditatoriais, suspendendo direitos constitucionais.

Em novembro de 1930, Alberto Bins, solidário desde o início com a revolução,<sup>69</sup> entra em contato com Intendentes do interior do Estado, pedido-lhes que aguardassem instruções de como agir nos seus municípios, pois, através de João Neves da Fontoura, solicitava ao Governo Revolucionário a manutenção dos Conselhos Municipais.<sup>70</sup>

No entanto, o decreto n.º 19.398, de 11 de novembro de 1930, dissolve todos os corpos legislativos do País. Alberto Bins, em mensagem ao Chefe do Governo Provisório, aceita as medidas, por reconhecer nelas a possibilidade de uma liberdade de ação do Governo Provisório. Manifesta, como se lê no telegrama, "absoluta, incondicional solidariedade e apoio grande obra salvação república".<sup>71</sup> No dia 14, desse mesmo mês, extinguem-se também os mandatos dos Intendentes Municipais.

O decreto n.º 4.657, de dezembro de 1930, baixado por Flores da Cunha — nomeado Interventor do Estado —, reconduz Alberto Bins à chefia de Porto Alegre, fato que ele agradece em telegrama enviado ao Interventor, a Lindolfo Collor, Borges de Medeiros, Getúlio Vargas, Joaquim Francisco Assis Brasil e Oswaldo Aranha, entre tantos.<sup>72</sup>

Em um mês de governo revolucionário, sob comando de interventores nomeados pela Presidência do Governo Provisório, os Estados retrocedem à situação de província.<sup>73</sup>

Flores da Cunha, ao decidir manter Alberto Bins no Governo de Porto Alegre, propõe-se a manter outros tantos Chefes Municipais Municipais nos seus cargos. A medida causa estranheza e até mesmo revolta em muitas localidades gaúchas, onde se esperava que a revolução fosse, segundo análise de Carlos Cortés, "desmontar a

máquina política da velha república, cujas raízes estavam entrelaçadas nas situações municipais".<sup>74</sup>

De Vacaria, Bagé e Uruguaiana, principalmente, chegavam reclamações sobre desmandos dos Intendentes e pedidos de aberturas de inquéritos administrativos para apurar o mau uso dos dinheiros públicos. A resposta de Flores em alguns casos tende à conciliação, a exemplo de Getúlio. Em outros, o Interventor continua a política castilhistas de controle. Veja-se, a título de ilustração, a carta que envia a Alberto Bins, em janeiro de 1931:

Ao Sr. Major Alberto Bins  
D. Prefeito Municipal

N/C

Estranho sobremaneira que houvesse feito publicar o edital a respeito dos serviços transviários da capital, sem previamente submeter a minha apreciação a respectiva minuta, bem como a nomeação do Dr. Leovegildo Paiva para fiscal da Prefeitura junto às Companhias Carris e Energia Elétrica, quando eu vos escrevera declarando ter candidato.

Saudações cordiais,  
Flores da Cunha.<sup>75</sup>

As saudações cordiais que finalizam a carta não atenuam, como se vê, o seu teor autoritário.

Em janeiro de 1931, por decreto do Governo Provisório, instituem-se os Conselhos Consultivos nos Municípios e Estados da Federação.<sup>76</sup> Flores da Cunha convida Alberto Bins para fazer parte da Comissão Mista Arbitral, a qual organiza para tratar de assuntos municipais. Pretende também convidar dois elementos entre os libertadores, numa atitude conciliadora, que Getúlio acertamente aprovaria.<sup>77</sup>

Na chefia da Nação Vargas mantém o mesmo discurso, declarando:

O Estado não compreende, nem permite, antagonismos de classes nem explosões violentas de luta...<sup>78</sup>

Veja-se como transcorre o processo da história rio-grandense compreendida entre 30-37, realidade maior onde se insere a capital do Estado.

A situação do Rio Grande do Sul, e em Porto Alegre, no período do pós-30 apresenta-se como das mais difíceis. Os gastos com a revolução de 30 e a persistência das dificuldades econômicas que, antes ainda da crise de 29, manifestavam-se no Rio Grande do Sul, levam o Interventor a apelar, em 1931, ao Governo Federal. Os bancos gaúchos já não suportam os efeitos da crise, o que se evidencia na falência do Banco Pelotense.<sup>79</sup>

Ao pessimismo diante da situação econômica acrescentam-se questões políticas que terminam por desunir a Frente Única Gaúcha, opondo o líder Raul Pilla, dos Libertadores, e Borges de Medeiros, dos Republicanos, ao Interventor.

Agravante dessa situação e reafirmação da necessidade dos grupos políticos representarem os interesses regionais, reavendo a autonomia estadual em relação ao governo central, é a atitude de Getúlio Vargas que, questionado sobre as razões de não ter ajudado mais a sua terra nessa ocasião, responde secamente à provocação. Segundo registro de Cortés, teria dito:

Eu não era Presidente do Rio Grande do Sul, era Presidente do Brasil<sup>80</sup>

A insatisfação política, no Rio Grande do Sul, reforça a fragmentação partidária. A partir da revolução constitucionalista de São Paulo, em 1932, os gaúchos, que até então ou se filiavam aos libertadores ou aos republicanos, passam a questionar os programas partidários e também a validade das razões que criaram a Aliança Liberal.

No mesmo ano, funda-se em Porto Alegre um novo Partido: o Partido Republicano Liberal. Na agremiação encontrava-se desde o Interventor, o Intendente de Porto Alegre, republicanos, que trocaram o seu devotamento e lealdade ao PRR pelas chances de permanecerem no poder, até elementos das oposições.

Segundo Alberto Bins, o Partido é aberto a todos os produtores, abrigando os industriais, criadores e até os colonos, "basta que cooperem para fomentar a produção podem se incluir no grupo".<sup>81</sup>

Em 1933, Bins é felicitado por Flores da Cunha pela sua administração na Prefeitura durante o período de 1932-33, julgada

como brilhante pelo Interventor.<sup>82</sup> O grau de entrosamento entre os dois governos transparece desse gesto bem como de outros. Cita-se a propósito uma carta de Flores a Bins, onde o Interventor fala da conveniência de exonerar da Prefeitura uma série de pessoas e agradece ao Prefeito pelas providências que tomar nesse sentido.<sup>83</sup>

A Constituição de 1934 limita mais a competência dos Estados junto aos seus municípios, na tentativa de evitar que se tornassem novamente, como diz Medeiros, "armas políticas poderosas das oligarquias".<sup>84</sup> A discriminação de rendas do município passa a ser matéria da Constituição Federal, o fato constitui-se em importante freio à autonomia estadual.

Vargas conseguia fazer no País o que Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros realizaram no Rio Grande do Sul: uma Constituição centralizadora e um Poder Executivo forte.

Em 1935, Flores da Cunha, conforme a nova Constituição, elege-se Governador do Estado, mantendo Alberto Bins como Prefeito de Porto Alegre; consoante a Constituição Federal de 1934, os Prefeitos da Capital e das estâncias hidrominerais podem ser nomeados pelo Governador do Estado.

Segundo Carone, os governadores desse período, e por extensão seus Intendentes, "aparecem como elementos representativos e ideológicos de segmentos oligárquicos locais, sendo abandonados os valores e a razão de ser do tenentismo de 1930."<sup>85</sup>

Em 1936, decreta-se nova Lei Orgânica para o município de Porto Alegre. A designação do chefe municipal de Porto Alegre continua a ser encargo do Chefe do Estado, que ainda indica os seus eventuais substitutos em caso de falta ou impedimento.<sup>86</sup>

Com o respaldo da nova lei, o Governador nomeia novamente, por confiança, Alberto Bins como Prefeito do município.

Leia-se:

**O digno Prefeito Municipal, por mim nomeado para gerir os destinos desta grande comuna, tem correspondido integralmente a minha confiança, comprovando ser nesta função não só um administrador experimentado, como também um homem com condições de dirigir qualquer cidade importante e adiantada.**<sup>87</sup>

Bins agradece a confiança do Governador, porém não esconde o seu pessimismo quanto ao futuro do município, cujas rendas são insuficientes para cobrir as despesas.<sup>88</sup>

A oposição entre o Presidente do Governo Provisório e o Interventor gaúcho, que se manifesta contrário já às primeiras medidas restritivas à liberdade dos Governos Estaduais, atinge o seu clímax em 1935. Nesse ano, Getúlio Vargas visita Porto Alegre por ocasião das festas em comemoração ao centenário da Revolução Farroupilha. Segundo Cortés, inicialmente eles agem como amigos cautelosos, uma semana depois atuam como inimigos não declarados.

Sob a pressão de uma possível intervenção armada federal no Sul, realiza-se o terceiro Congresso do Partido Republicano Liberal, com um grande lema a ser defendido: "Os rio-grandenses sempre tiveram repugnância e ojeriza ao arbítrio e à prepotência".<sup>89</sup>

A desunião da Frente Única Gaúcha facilita a consecução dos planos getulistas de intervir no Estado. Flores da Cunha foge para Montevidéu, onde, sob a vigilância de Baptista Luzardo, nomeado para Embaixador Brasileiro naquele País, não pode exercer livremente oposição ao Presidente do Brasil.

Em novembro de 1937, Alberto Bins envia um telegrama a Getúlio Vargas, no qual anuncia seu afastamento do Partido Republicano Liberal e da vida política. Confessa ter lido com mais atenção a Constituição do Estado Novo e finalmente compreendido que o caminho escolhido por Getúlio era o único compatível com o nosso meio, onde a má política tem conduzido à desagregação das forças vivas da nação.<sup>90</sup>

A declaração de solidariedade de Bins ao novo Estado, no entanto, não lhe poupa perseguições pessoais por parte dos próximos líderes que o irão suceder nos postos-chaves do Governo Municipal.<sup>91</sup> A sua atuação como Prefeito ligava-o irremediavelmente à política castilhistas que, segundo Borges de Medeiros, chega ao fim com o Decreto do Estado Novo.

A morte da política castilhista aparece como fato já assumido em frase de Borges de Medeiros, proferida por ocasião de uma entrevista, quando argüido por um repórter sobre sua opinião a respeito de Getúlio Vargas, responde significativamente: "Este homem foi o coveiro do Partido Republicano".<sup>92</sup>

Para Vidal de Araujo, Borges até podia ter perdoado a Flores da Cunha por tê-lo mandado prender em 1932, pois Flores era discípulo de Pinheiro Machado, "mas o crime perpetrado por Vargas, o seu discípulo predileto, extinguindo os partidos, em 1937, inclusive o Partido Republicano, o ferira como uma amputação".<sup>93</sup>

A respeito, a interpretação de Océlio Medeiros diz bem da situação:

Nunca houve com a República, autonomia municipal, mas tão somente utilização disso pelos senhores que constituíram o governo dos Estados...<sup>94</sup>

Neste sentido, o Decreto do Estado Novo, segundo esse autor, tem a seu favor o peso da tradição.

#### NOTAS

<sup>1</sup>FERREIRA F., Arthur. *História geral do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Globo, 1973. p.148.

<sup>2</sup>LOVE, J. O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na República Velha. In: FAUSTO, Bóris, org. *O Brasil republicano III*. 2.ed. Rio de Janeiro, Difel, 1977. v.1. p.110. (Col. História Geral da Civilização Brasileira, 8).

<sup>3</sup>Cf. ESCOBAR, W. *Apontamentos para a história da revolução de 1893*. Porto Alegre, Globo, 1929.

<sup>4</sup>LOVE, J., *O regionalismo gaúcho*, São Paulo, Ed. Perspectiva, 1975, p.53.

<sup>5</sup>FRANCO, Sérgio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua época*. Porto Alegre, Globo, 1967.

As concepções políticas do positivismo, que, na França, onde surgiram, tinham conteúdo nitidamente revolucionário, no Brasil, como em outros países subdesenvolvidos, não deixaram de atuar num sentido progressista. (p.12)

<sup>6</sup>PESAVENTO, Sandra. Republicanos, industriais e o protecionismo alfandegário. In: LAGEMANN, E., org. *150 anos de finanças públicas*. Porto Alegre, FEE, 1985. p.58.

<sup>7</sup>GRAMSCI, A., *Maquiavel, a política e o estado moderno*, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1980, p.22.

<sup>8</sup>OSÓRIO, Joaquim Luis. *Constituição política do Estado do Rio Grande do Sul*. Comentário. Rio de Janeiro, Universidade de Brasília, 1981. p.228-9. (Biblioteca do Pensamento Político Republicano).

<sup>9</sup>RODRIGUEZ, Ricardo Vélez. *Castilhismo; uma filosofia da República*. Porto Alegre, EST-UCS, 1980. p.9.

<sup>10</sup>Ver especialmente:

PESAVENTO, Sandra J. República Velha Gaúcha: Estado autoritário e economia. In: DACANAL, J.H. et alii. *RS: Economia e política*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979. p.220.

<sup>11</sup>RODRIGUEZ, Ricardo Vélez, op. cit. nota 84, p.101.

<sup>12</sup>KIELING, José F. *Política oposicionista no Rio Grande do Sul (1924-1930)*. São Paulo, USP, 1984. p.101. Dissertação de Mestrado, Depto. de História (mimeo).

<sup>13</sup>BAKOS, Margaret M. Flores da Cunha e sua época (1880-1959). *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre, PUCRGS, 6 (1), jul. 1980. p.103.

<sup>14</sup>STAMATTO, Maria Inês Sucupira. A construção de uma nova ordem jurídica:

o Governo de Julio de Castilhos. *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS*, Porto Alegre, ano XI/XII, 1983/1984, p.259.

<sup>15</sup>FONTOURA, Dr. João Neves da. *Borges de Medeiros e o seu tempo*. (Memórias). Porto Alegre, Globo, 1958. v.1. p.167.

<sup>16</sup>LOVE, J., op. cit. nota 4, p.85.

<sup>17</sup>CLARK, Rafael. O manifesto federalista ou a incompetência do candidato. *O Imparcial*, Porto Alegre, 18 set. 1916. p.1.

<sup>18</sup>ANAIS DO ARQUIVO HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE. Porto Alegre, SEC/Divisão de Cultura, 1983. p.51.

Chefes Municipais em Porto Alegre (1890-1896):

Nº	NOME	ASSUMIU EM:	DEIXOU EM:
01	Felicíssimo Manoel de Azevedo	22.01.1890	21.11.1891
02	João Damata Coelho	21.11.1891	11.06.1892
03	José Domingues da Costa	11.06.1892	29.06.1892
04	Domingos de Souza Brito	29.06.1892	12.10.1892
— Intendentes —			
05	Alfredo Augusto de Azevedo	12.10.1892	03.01.1896
06	João Luiz de Farias Santos	03.01.1896	15.10.1896
07	Cherubim Febeliano da Costa	15.10.1896	15.03.1897

<sup>19</sup>AZEVEDO, Felicíssimo de. Causos municipais. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 6 set. 1900. p.1.

<sup>20</sup>AZEVEDO, Alfredo. Pela verdade. *A Federação*, Porto Alegre, 7 jan. 1896. p.1.

<sup>21</sup>Essa questão é talvez uma das mais polêmicas no período, recebendo intensa cobertura na imprensa. Ver especialmente:

CASTILHOS, J. Correspondência entre Intendente e Governador. *A Federação*, Porto Alegre, 7 jan. 1896. p.1.

AMARAL, E. Alto lá. *A Federação*, Porto Alegre, 7 jan. 1896. p.1.

— . O plano colossal. *A Federação*, Porto Alegre, 10 jan. 1896. p.1.

<sup>22</sup>MENDES, Vidal. O próximo pleito eleitoral. *A Federação*, Porto Alegre, 20 set. 1896. p.1.

<sup>23</sup>PIMENTEL, Fortunato. *Aspectos gerais de Porto Alegre*. Porto Alegre, Imprensa Oficial, 1945. v.1. p.556.

<sup>24</sup>ACTO n.1, em 14 de outubro de 1892. In: *Leis, decretos, actos e resoluções*. Porto Alegre, A Federação, 1929.

<sup>25</sup>SPALDING, Walter. *Pequena história de Porto Alegre*. Porto Alegre, Sulina, 1967. p.157.

<sup>26</sup>TRINDADE, Hégio. Aspectos políticos do sistema partidário republicano riograndense (1882-1937). In: DACANAL, J., org. *RS Economia e política*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979. p.146.

<sup>27</sup>DECRETO n.º 471 de 18 de fevereiro de 1902. In: *Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior*. Repartição Central, Porto Alegre, 1902.

<sup>28</sup>RELATÓRIO E PROJETO DE ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 1905 APRESENTADO AO CONSELHO MUNICIPAL PELO INTENDEN-

TE ENG. JOSÉ MONTAURY DE AGUIAR LEITÃO. Porto Alegre, A Federação, 1904. p.3.

<sup>29</sup>Cf. ELEIÇÕES Municipais. *O Correio do Povo*, Porto Alegre, 29 set. 1904. p.1.

<sup>30</sup>Cf. ANTONACCI, M.A. *RS: as oposições e a revolução de 1923*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1981. p.22.

<sup>31</sup>O CANDIDATO federalista. *A Federação*, Porto Alegre, 29 set. 1908. p.1.

<sup>32</sup>LOVE, J., op. cit. nota 4, p.141.

<sup>33</sup>TOSCANO, Arthur. *Chronicas políticas. A Federação*, Porto Alegre, 22 abr. 1908. p.1.

<sup>34</sup>Os artigos mais informativos sobre o pleito são:

O CANDIDATO federalista. *A Federação*, Porto Alegre, 29 set. 1908. p.1.

A CLASSE operária. *A Federação*, Porto Alegre, 28 set. 1908. p.1.

IL 28 de setembro. *A Federação*, Porto Alegre, 28 set. 1908. p.1.

O CANDIDATO. *A Federação*, Porto Alegre, 24 jul. 1908. p.1.

ASSUNTOS municipais - nosso capital. *A Federação*, Porto Alegre, 22 jul. 1908. p.1.

<sup>35</sup>A ELEIÇÃO de hoje. *A Federação*, Porto Alegre, 24 jul. 1908. p.1.

<sup>36</sup>A POSSE do Dr. Montauray. *A Federação*, Porto Alegre, 16 out. 1908. p.1.

<sup>37</sup>AS GREVES. *A Federação*, Porto Alegre, 3 mar. 1911. p.1.

<sup>38</sup>Ver especialmente:

ANTONACCI, M.A., op. cit. nota 30.

VIZENTINI, Paulo Gilberto F. *As oposições civis na crise dos anos 20 e na revolução de 30*. Porto Alegre, Martins Livreiro, 1985.

<sup>39</sup>O MANIFESTO maragato. *A Federação*, Porto Alegre, 12 set. 1916. p.1.

<sup>40</sup>AZAMBUJA, H. O Senhor Manoel Fernandes revolucionário. *O Imparcial*, Porto Alegre, 1916. p.1.

<sup>41</sup>TELEGRAMA de Otávio Rocha a Lindolfo Collor, 12 out. 1921:

CPDOC/FGV. ALC. Doc.39. Pasta 1. Tem chegado aos meus ouvidos alguns jornais tem-se permitido envolver meu nome sucessão Presidência Riograndense - Peço com vivo empenho que primeira notícia que sobre o assunto for publicada ahi Federação declare, por mim autorizada, que eu penso ser dever de honra do Rio Grande do Sul, no atual momento histórico mais do que nunca reeleger Borges de Medeiros, que encarna a nossa dignidade e o nosso progresso cívico e econômico - Sou partidário intransigente dessa reeleição. Ainda que nosso chefe não queira. Porque ele não se pertence, e sim ao Rio Grande e ao nosso Partido - Penso assim com inabalável convicção. Afetuosas saudações - Deputado Octavio Rocha.

<sup>42</sup>TELEGRAMA em 10 de jul. 1922:

CPDOC/FGV. ALC. Doc.16. Pasta 2. Telegrama de Carlos Barbosa, Soares dos Santos, Vespucio de Abreu (senadores), João Simplício, Carlos Penafiel, Álvaro Baptista, Marçal Escobar, Domingos Mascarenhas, Octavio Rocha, Sérgio de Oliveira,

Carlos Maximiliano, Gomercindo Ribas, Barbosa Gonçalves, Joaquim Luis Osório, Nabuco de Gouvea, Evaristo Amaral, Alcides Maia (deputados), dirigido ao Dr. Barreto Vianna, General Firmino Paula, Coronel Pedro Osório, Dr. José Montauray e Dr. Lindolfo Collor.

<sup>43</sup>KLIEMANN, L. A articulação da oposição no RS 1924-1928. *Estudos Ibero-Americanos*. Porto alegre, PUCRS, 7 (1,2), dez. 1980. p.91.

<sup>44</sup>ANTONACCI, M.A., op. cit., nota |30.

Enquanto a expansão do capitalismo e as condições do mercado possibilitaram uma situação de prosperidade econômico para o RS, tornando viável um desenvolvimento natural de suas forças de produção, o "positivismo" dos republicanos atendeu às necessidades da classe dominante gaúcha e da área rio-grandense em geral. Até o início da década de 1920, a situação do mercado e a correlação de forças ao nível regional e nacional (o PRR era sustentado por alianças com o governo federal) mantiveram e garantiram a hegemonia dos republicanos no RS. (p.22)

<sup>45</sup>KIELING, José F., op. cit. nota|12. p.23.

<sup>46</sup>LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE. Porto Alegre, A Federação, 1924.

<sup>47</sup>FONTOURA, J.N., op. cit. nota |15, p.121.

<sup>48</sup>ANTONACCI, M.A., op. cit. nota /30, p.92.

<sup>49</sup>FERREIRA Fº, A. Otávio Rocha e a paz continental. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 29 abr. 1961. p.1.

<sup>50</sup>Cf. sobre as candidaturas ver:

SUCESSÃO Intendencial de Porto Alegre. Os candidatos republicanos. *A Federação*, Porto Alegre, 19 jul. 1924. p.1.

LIGA de Operários do Rio Grande do Sul. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 14 dez. 1924. p.1.

<sup>51</sup>SUCESSÃO Intendencial. *A Federação*, Porto Alegre, 2 set. 1924. p.1.

<sup>52</sup>BAR-GIORAS. Paradoxos. *O Exemplo*, Porto Alegre, 30 mar. 1924. p.1

<sup>53</sup>AO POVO e ao eleitorado oposicionista de Porto Alegre. *O Correio do Povo*, Porto Alegre, 14 set. 1924. p.1.

<sup>54</sup>MISTIFICAÇÕES do borgismo. *O Correio do Povo*, Porto Alegre, 19 set. 1924. p.1.

<sup>55</sup>Sobre o pleito de 1924, ver:

ALIANÇA LIBERTADORA. A boca da uma e com caranchos. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 4 out. 1924. p.1.

A SUCESSÃO Intendencial de Porto Alegre. *O Exemplo*, Porto Alegre, 20 jul. 1924. p.1.

MAIA, Juvenal. Notas da semana. *A Federação*, Porto Alegre, 4 out. 1924. p.1.

JUS SPERNIANDI. Resposta às acusações da Imprensa Libertadora. *A Federação*, Porto Alegre, 4 out. 1924. p.1.

BOLETIM da eleição municipal. *A Federação*, Porto Alegre, 29 set. 1924. p.1.

CANDIDATOS de si mesmos. *A Federação*, Porto Alegre, 25 set. 1924. p.1.

BANQUETE oferecido pelo comércio e indústria de Porto Alegre à futura administração da cidade. *A Federação*, Porto Alegre, 24 set. 1924. p.1.

<sup>56</sup>RELATÓRIO E PROJETO DE ORÇAMENTO PARA O ANO DE 1928 APRESENTADO AO CONSELHO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE EM 15 DE OUTUBRO DE 1927 PELO INTENDENTE ENG. OCTAVIO ROCHA. Porto Alegre, A Federação, 1927. p.3.

<sup>57</sup>TELEGRAMA DE BORGES DE MEDEIROS A GETÚLIO VARGAS (data ilegível) EM 1926. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, Arquivo Lindolfo Collor, doc. 96. Pasta 4.

<sup>58</sup>NOLL, Maria Isabel, op. cit. - -

Vargas assume o poder executivo regional em janeiro de 1928, dando início a um governo cujo estilo será marcado pela conciliação política interna e realizações no plano econômico. (...) Vargas abre um campo maior à participação no grupo aparente na arena política, reconhecendo candidatos eleitos em vários municípios e acenando com a possibilidade de vantagens econômicas - empréstimos ou auxílios que o governo propiciará através do Banco do Estado do Rio Grande do Sul. (p.24)

<sup>59</sup>ELEIÇÕES municipais. *O Correio do Povo*, Porto Alegre, 17 jul. 1928. p.1.

ELEIÇÕES municipais. *O Correio do Povo*, Porto Alegre, 18 jul. 1928. p.1.

<sup>60</sup>ELEIÇÕES municipais. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 15 ago. 1928. p.1.

<sup>61</sup>Ver:

A SITUAÇÃO do borgismo no Rio Grande do Sul. *O Correio do Povo*, Porto Alegre, 25 jul. 1928. p.1.

SUCESSÃO intencional de Porto Alegre. Os candidatos republicanos. *A Federação*, Porto Alegre, 19 jul. 1924. p.1.

<sup>62</sup>FAUSEL, Erich. *Alberto Bins, o merlense brasileiro*. São Leopoldo, Rotermond, s.d. p.9.

<sup>63</sup>LOVE, J., op. cit. nota 4, p.242.

<sup>64</sup>TRINDADE, Hélgio, op. cit. nota 110.

Tornara-se indispensável para fortalecer-se enquanto partido, bem como para iniciar o processo de conquista do aparelho de Estado, que os líderes da propaganda, articulados com os clubes republicanos, acoplassem o domínio partidário com a dominação política local. (p.129)

<sup>65</sup>KIELING, J., op. cit. nota 12, p.106.

<sup>66</sup>Ibidem, p.101.

<sup>67</sup>CORTÉS, Carlos E. *Gaúcho Politics in Brazil* (The politics of Rio Grande do Sul) (1930-1964). University of New Mexico Press, Albuquerque, 1974. p.16.

<sup>68</sup>FAUSTO, Bóris. A crise dos anos vinte e a revolução de 1930. In: FAUSTO, B., org. *O Brasil Republicano III*. 2.ed. Rio de Janeiro, Difel, 1978. v.2. p.404. (Col. História Geral da Civilização Brasileira, 9).

<sup>69</sup>OFÍCIO de Firmino Paim F. ao Presidente do Fundo Eleitoral do Comitê Pró-Candidatura de Getúlio Vargas a Alberto Bins em 23 de agosto de 1929. (Arquivo pessoal de Alberto Bins).

<sup>70</sup>OFÍCIO de Alberto Bins a Manoel Ribas, Intendente de Santa Maria. *Correspondência ativa do Prefeito Municipal de Porto Alegre*, nov. 1930.

<sup>71</sup>TELEGRAMA de Alberto Bins a Getúlio Vargas em 12 de novembro de 1930. (Arquivo pessoal de Alberto Bins).

<sup>72</sup>TELEGRAMA de Alberto Bins a Flores da Cunha em 3 de dezembro de 1930. (Arquivo Pessoal de Alberto Bins).

<sup>73</sup>NUNES LEAL, Victor. *Coronelismo, enxada e voto; o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1975. p.84.

<sup>74</sup>CORTÉS, Carlos E., op. cit. nota 152, p.84.

<sup>75</sup>OFÍCIO de Flores da Cunha a Alberto Bins, em 12 de janeiro de 1931. (Arquivo pessoal de Alberto Bins).

<sup>76</sup>MEDEIROS, Océlio, *O Governo Municipal no Brasil: introdução ao estudo do município através das constituições*. Rio de Janeiro, *se, s/d*, p.71.

<sup>77</sup>OFÍCIO de Flores da Cunha a Alberto Bins em 21 de julho de 1931. (Arquivo pessoal de Alberto Bins).

<sup>78</sup>IANNI, Octavio. *Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979. p.35.

<sup>79</sup>Ver:

CARONE, Edgard. *A República Nova (1930-1937)*. 2.ed. São Paulo, Difel, 1976. p.7.

VILELA, Anibal Vilanova & SUZIGON, Wilson. *Política do governo e crescimento da economia 1889-1945*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, s.d. p.467.

LAGEMANN, Eugenio. *O Banco Pelotense e o sistema bancário regional*.

MULLER, G. A economia política gaúcha dos anos 30 aos 60. In: DACANAL, J., org. *RS: Economia e política*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979. p.369.

<sup>80</sup>CORTÉS, Carlos E., op. cit. nota 152, p.35.

<sup>81</sup>DISCURSO. Translado de alguns trechos. In: *Anais do Congresso do Partido Republicano Liberal, em 15 de novembro de 1932, sob a Presidência do Ministro Oswaldo Aranha*. (Arquivo pessoal de Alberto Bins).

<sup>82</sup>OFÍCIO de Flores da Cunha a Alberto Bins em 20 de dezembro de 1933. (Arquivo pessoal de Alberto Bins).

<sup>83</sup>OFÍCIO de Flores da Cunha a Alberto Bins em 16 de outubro de 1934. (Arquivo pessoal de Alberto Bins).

<sup>84</sup>MEDEIROS, op. cit. nota 76, p.74.

<sup>85</sup>CARONE, E. *A República Nova (1930-1937)*. 2.ed. São Paulo, Difel, 1976. p.169.

<sup>86</sup>LEI nº 286 de 5 de março de 1936. In: *Leis, Decretos, Atos e Resoluções*. Porto Alegre, Imprensa Oficial, 1936.

<sup>87</sup>MENSAGEM do Governador do Estado. In: *Anais da Câmara Municipal de Porto Alegre*. Porto Alegre, Globo, 1936. p.746.

<sup>88</sup>MENSAGEM apresentada à Câmara Municipal pelo Prefeito Alberto Bins em 3 de outubro de 1937. In: *Anais da Câmara Municipal de Porto Alegre*. Porto Alegre, Globo, 1937. p.746.

<sup>89</sup>O GRANDIOSO congresso do pujante Partido Republicano Liberal. *Jornal da Manhã*, Porto Alegre, 15 mai. 1937. p.1.

<sup>90</sup>TELEGRAMA de Alberto Bins a Getúlio Vargas em 17 de novembro de 1937. (Arquivo pessoal de Alberto Bins).

Fique certo Vossa Excia. de que classes produtoras com cuja maioria estou identificado Vg bem compreendem e bem alcançam as finalidades patrióticas do nosso regimen instituído por Vossa Excia Pt. Respeitosas saudações.

<sup>91</sup>Cf.: NÃO procede a evasiva do Sr. Alberto Bins. *O Correio do Povo*, Porto Alegre, 19 nov. 1937. p.1.

<sup>92</sup>ARAÚJO, Rubens Vidal. *Os Vargas*. Porto Alegre, Globo, 1985. p.202.

<sup>93</sup>FERREIRA F., A., op. cit. nota 79.

Por decreto de Getúlio Vargas em 1932 os líderes republicanos, Borges de Medeiros, Lidolfo Collor, João Neves da Fontoura e os libertadores Raul Pilla e Batista Luzardo tiveram seus direitos políticos cassados porque apoiaram a revolução constitucionalista de São Paulo. (p.233)

<sup>94</sup>MEDEIROS, P., op. cit. p.70.

\*Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Departamento de História

CEP – 90.620 – Porto Alegre – RS